

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 77 - 1ª quinzena de Novembro/93 - CR\$ 130,00



Pega ladrão!

Diretório Nacional discute a CPI do Orçamento. Veja a resolução no encarte especial

COLLARES

Governador do Rio Grande do Sul acusado de corrupção
Página 7

CANDIDATURAS

PT esquenta as turbinas para a disputa
Página 3

FINANÇAS

DN aprova medidas urgentes
Página 6

3ª CARAVANA

Roraima, Amazonas, Pará e Amapá no roteiro de Lula
Página 5

Marcação

Não me lembro de nem um caso, nos últimos anos, em que um artigo meu na imprensa partidária deixasse de ser respondido provocativamente por João Machado. Em alguns casos, até deselegantemente, como por exemplo, quando me acusou de falta de ética, de forma oblíqua e insidiosa, em "Teoria e Debate". Este companheiro me persegue desde que comecei a expor as táticas da DS dentro do PT. Nunca repliquei. Nesta última investida volta ele no Boletim Nacional a fazer suas contas para dizer, no fundo, que a DS foi a grande vitoriosa porque isolou a direita do partido (a qual, segundo ele, pertence). De fato, reconheço que a DS tem obtido relativo "sucesso" no PT desde que se especializou em praticar uma espécie de "parasitismo partidário", liberando em quantidade seus militantes como funcionários, assessores ou dirigentes profissionalizados nas sedes dos diretórios petistas (e no jornal "Brasil Agora").

Mas estas críticas políticas que faço a DS não visam atingir pessoalmente João Machado. Ele é um bom companheiro (bom e batuta!). Quero apenas levantar o debate sobre uma forma arcaica de conexão interna que, na minha

opinião, prejudica o partido. Todavia, quem sempre "toma as dores" é o companheiro João Machado e não outro seu correligionário qualquer. E quando o faz, faz questão de citar-me, pessoalmente. Por que será? Só encontro uma explicação para tanta "marcação homem-a-homem": vai ver que ele me ama!

Augusto de Franco
Secretário de Meio Ambiente

Queixas

(...) Quero criticar a decisão de tornar o BN quinzenal. O BN veio, desde o início, para ser um canal permanente de comunicação da Direção Nacional com as bases partidárias (afinal, para a comunicação com as instâncias há as circulares — que, aliás, circulam muito pouco).

De 1988 a 1990, incentivei a vendagem de assinaturas em todo o Estado. Estou voltando a fazer isso agora no Coletivo da Fundação Wilson Pinheiro/RJ. Tenho visto as várias tentativas, de vários de seus editores, de regularizar a publicação do BN, que no entanto tem oscilado entre mensal e trimestral. Creio que o Partido precisa é de um boletim regular, assíduo, com uma distribuição muito bem organizada e confiável para suportar uma grande ampliação (...)

Defendo, portanto, que o Boletim Nacional torne-se efetiva e rigorosamente mensal. Que as edições tenham no mínimo 12 páginas e que volte ao formato anterior; que haja as seguintes seções fixas: Cartas, Conjuntura, Notícias do DN, Formação Política (que não pode falhar), Prefeituras, Bancadas, e Nucleação — notas sobre experiências bem sucedidas; a seção Diretório Nacional deve ter uma sinopse das circulares, e também uma prestação de contas da Secretaria de Finanças; que haja opção de assinatura semestral; que se publique cupom padronizado de assinaturas, extensivo ao *Brasil Agora*, *Teoria e Debate* e *Linha Direta*; que se ofereçam promoções para assinantes e diretórios.

Aluisio Lemos
Rio de Janeiro/RJ

EDITORIAL

Diretrizes para o Programa

O Diretório Nacional aprovou as **Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo Lula-94**. Este documento orienta o trabalho de milhares de petistas e não petistas no processo de discussão da proposta programática com a qual o PT e seus aliados disputarão as eleições.

ODN aprovará em janeiro próximo um Projeto de Programa que deverá ser discutido e votado no 9º Encontro Nacional.

As **Diretrizes** oferecem uma primeira aproximação do que deverão ser as grandes linhas do Programa-94, recolhendo as definições do 8º Encontro do PT, do I Congresso e do Programa de Ação de Governo (PAG) de 1989. O Programa deverá conter um conjunto de profundas reformas que expressem os interesses dos trabalhadores, dos marginalizados, das classes médias e dos pequenos e médios empresários. Ele visa uma mudança radical, iniciando um processo de eliminação do *apartheid* social em que vivem dezenas de milhões. Trata-se de uma verdadeira **revolução democrática** que buscará alterar as bases do poder no Brasil.

Diante da crise econômica, social e política em que está mergulhado há mais de dez anos o país, e frente à incapacidade das alternativas neoliberal e nacional-desenvolvimentista de dar respostas, surge com força e vocação hegemônica uma proposta popular e democrática que, não por acaso, tem hoje a preferência como apontam todas as pesquisas eleitorais.

A elaboração do Programa, oferece uma alternativa concreta de governo a partir de janeiro de 1995 e constitui-se num instrumento para construir a consciência da possibilidade de mudanças para tirar o Brasil da situação em que se encontra. O Programa, ao apontar os grandes beneficiários, constitui-se em um instrumento para transformar o sentimento difuso de que o Brasil necessita mudar em vontade consciente de realizar neste país uma grande transformação. O Programa deverá ser um elemento central da formação de um grande

movimento pelas reformas estruturais que culminará com a eleição de Lula e o início do governo democrático e popular.

O Programa se articula em torno de oito grandes eixos. O primeiro é a democratização radical do Estado e da sociedade.

O segundo tem como objetivo construir um novo padrão de desenvolvimento que faça da distribuição de renda e de riqueza e da formação de um mercado interno de massas fatores fundamentais de crescimento.

O terceiro eixo busca uma nova forma de inserção do Brasil no mundo. Caberá ao governo democrático e popular articular um movimento por uma nova ordem econômica e política internacionais, radicalmente distintas da atual, dominada pelos interesses econômicos do FMI, Banco Mundial, G7 e políticos dos Estados Unidos.

O quarto eixo é a implementação de um grande projeto nacional de educação, concebido fundamentalmente como instrumento estratégico de democratização e de promoção da cidadania.

O quinto eixo aponta para uma reversão radical da situação em que se encontra a saúde no país, ainda no plano das políticas sociais. O programa deverá tratar como sexto eixo a questão urbana, integrando um conjunto de propostas no plano dos transportes, habitação, saneamento, bem-estar, cultura, lazer etc.

O sétimo eixo consiste em um projeto de reforma agrária e de políticas agrícolas, diversificadas regionalmente, que democratize a propriedade da terra.

Um último eixo contém um programa emergencial que combina o combate à inflação com um novo modelo de desenvolvimento com distribuição de renda. Tratará de questões como o alongamento do perfil da dívida interna, da suspensão do pagamento da dívida externa, do fim da ciranda financeira e do controle dos oligopólios.

Marco Aurélio Garcia
membro da CEN

BOLETIM NACIONAL

Novembro/93
1ª quinzena Nº 77

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação
Markus Sokol

Secretário Adjunto
José Américo Dias

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos
Editores Eletrônicos

William Aguiar
Assinaturas/Expedição

Ronney Lopes

Impressão

Central Print

Panorama das candidaturas

O Partido prepara-se para as eleições. Ao contrário de 82, 86 e 90, quando em praticamente todos os Estados havia candidatos próprios, embora muitos sem quase nenhuma chance eleitoral, agora para 94 parece estar ocorrendo o contrário: muitas lideranças petistas hesitam em lançar suas candidaturas, preferindo tentar uma vaga no Senado, na Câmara ou na Assembléia Legislativa. Na última reunião do DN foi possível traçar o quadro mais atualizado (abaixo).

Prévias

Dois dos mais importantes Estados já realizaram as prévias. Em São Paulo, no último dia 17, ultrapassou o quorum mínimo (17.000 votos). Votaram 20.801 filiados e venceu José Dirceu, deputado federal, com 10.310 votos, contra 10.040 obtidos pela ex-prefeita de Santos Telma de Souza; houve 273 votos nulos e 178 votos brancos. No Rio a prévia não alcançou quorum. Mesmo assim os votos foram apurados e o deputado federal Vladimir Palmeira, líder da Bancada, obteve cerca de 72% dos votos, contra aproximadamente 21% do outro concorrente, deputado estadual Milton Temer, e mais 6% entre brancos e nulos.

Duas outras prévias já estão previstas: em Goiás, com dois possíveis candidatos (Arthur Pereira e Luiz Antonio); em Brasília, dia 21 de novembro, onde concorrem Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB, Saraiva e Saraiva, candidato em 90, e Paulo Bica, professor da UnB.

Estados Definidos

Nos meses de fevereiro e março de 94 os DR realizarão seus Encontros de homologação de candidaturas, mas já há candidatos praticamente definidos em vários Estados.

Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Tocantins, já estão trabalhando com nomes concretos para a disputa.

No Rio Grande do Sul há um consenso de que o candidato é Olívio Dutra, ex-prefeito de Porto Alegre, antigo líder sindical

bancário. Embora ainda não haja campanha nas ruas (a lei proíbe campanha antes da homologação da candidatura em convenção oficial), a organização para o pleito já está sendo estruturada: comissões, grupos de trabalho, elaboração de planos e projetos etc. Olívio é um candidato forte, embora PDT e PMDB tendam a competir também com força.

No Espírito Santo, o médico e ex-prefeito de Vitória, Victor Buaiz, é praticamente o candidato de consenso e tem aparecido em 2º

lugar nas sondagens.

No Estado de Tocantins o Partido está apostando no nome do companheiro Neilton Araújo, fundador do PT na região.

Sem candidatos

Nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, o Partido ainda não definiu candidaturas.

Em Pernambuco, por enquanto,

alguns companheiros debatem a idéia de uma aliança com Miguel Arraes, do PSB. Também em Minas, embora não haja, ainda, nada definido, alguns companheiros pensam na possibilidade de uma aliança com o PSB, através de Célio de Castro. Em Santa Catarina, onde o PT ocupa o posto de vice-prefeito de Florianópolis, com o prefeito do PPS, discute-se a possibilidade de alianças com esse e outros partidos progressistas. E, no Paraná, alguns petistas defenderam a idéia de apoio a candidato de outros partidos.

As alianças pensadas

	PSDB	PCdoB	PSB	PSTU	PPS	PC	PH	PDT	PSDB	PMDB	PDT	PSB	TOTAL
									(setores)	(setores)	(setores)	(setores)	
CE			x										1
DF	x	x	x			x		x					5
ES									x		x		2
MA								x					1
MG		x	x		x								3
MS		x	x		x								3
MT	x		x					x					3
PA					x								1
PE			x										1
PI			x		x								2
RJ			x	x		x							3
RN		x										x	2
RO	x		x					x		x			4
RS		x	x	x	x								4
SC					x		x						2
SE		x	x	x	x						x		5
SP		x	x										2
TO			x		x								2
TOTAL	3	7	13	3	8	2	1	4	1	1	2	1	

Resolução sobre alianças

1- O Diretório Nacional do PT reafirma a política de alianças aprovada no 8º Encontro Nacional: entendimento programático, acordos na sociedade e com partidos do campo democrático e popular, tática eleitoral para o 1º e o 2º turno.

2- A evolução do quadro político nacional desde o 8º Encontro, inclusive a constituição da CPI do Orçamento e seus desdobramentos previsíveis em nível nacional e nos estados, reforçam a colocação da candidatura Lula como a grande alternativa popular para enfrentar a miséria crescente no país e a crise ética

profunda. A força dessa alternativa pode permitir o crescimento de candidaturas estaduais identificadas com ela, ainda que nesse momento possam parecer não reunir condições de disputa.

Nessa perspectiva é fundamental manter e intensificar as discussões com outros partidos.

3- O DN constituiu uma comissão para apresentar à sua próxima reunião o seguinte:

a) Uma avaliação detalhada dos partidos políticos compreendidos em nosso leque de alianças.

b) Um relatório dos contatos mantidos com lideranças dos vários partidos no plano nacional e

estadual.

c) Proposta de calendário político e contatos nos estados, visando a definição de alianças e candidaturas.

4- A próxima reunião do DN votará uma política de alianças concreta, após avaliar o quadro nacional de cada estado, não se podendo até lá fechar acordos eleitorais. Cabe lembrar ainda que os encontros estaduais e nacional aprovarão, em definitivo, nossas alianças eleitorais.

São Paulo, 23 de outubro
Diretório Nacional do PT

3ª Caravana da Cidadania

Viver à beira do rio sem água potável. Esperar horas a fio por uma ligação telefônica no posto de serviços. Saber que existem médicos e dentistas sem jamais ter visto um. É assim o cotidiano da maioria das pessoas que vivem e morrem nas cidades que a terceira Caravana da Cidadania vai visitar, a partir de 17 de novembro. Gente que às vezes nem consta das estatísticas do IBGE e que pensa nos direitos mais elementares como um sonho distante.

No interior da Amazônia, construir o PT significa caminhar seis, oito, doze quilômetros para reunir um núcleo. Ou enfrentar até 20 horas de barco para visitar uma comunidade. Aqui, ser petista pressupõe, também, defender direitos quase inimagináveis para quem parece ter apenas duas escolhas: ser pobre à beira do Rio ou ser pobre na Zona Franca de Manaus, na Zona de Livre Comércio de Macapá, nas baixadas de Belém ou na periferia de Boa Vista. Ou para quem só viu o poder ser exercido por representantes das elites.

Daí a surpresa: militantes, lideranças populares e religiosas e até mesmo setores empresariais ficavam perplexos quando a expedição precursora desta 3ª Caravana anunciava a ida de Lula a esses municípios esquecidos de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá.

Em quatro estados, apenas quatro prefeituras petistas: Gurupá (PA), desertada por dois dos três médicos que tinha quando o partido ganhou as eleições. Oeiras (PA), que dobrou o número de crianças nas escolas em seis meses de governo do PT, mas não encontra um médico disposto a trabalhar por lá. Serra do Navio (AP), buscando uma alternativa econômica à extração do manganês em vias de extinção. E Mazagão (AP), onde o único estabelecimento bancário funciona três dias por semana e só há um telefone.

O isolamento da região não poupa os petistas. Apartados dos centros políticos e do próprio partido, nossos companheiros enfrentam a dificuldade de atuar politicamente em qualquer posição que não seja a crítica confinada entre os próprios militantes.

É por essa realidade que vai passar a Caravana da Cidadania. O impacto dessa visita será certamente muito forte. Os petistas e demais setores comprometidos com a conquista de uma vida melhor sabem disso e estão empenhados na preparação da caravana, dedicados a vencer as dificuldades. A presença de Lula e demais integrantes é uma chance de construir um elo de confiança e de esperança entre essas pessoas para as quais a palavra cidadania ainda não teve tradução.

Roteiro da 3ª Caravana

A Caravana da Cidadania, em sua terceira etapa, chega ao interior da Amazônia, num roteiro que inclui os estados de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá. Também chamada de “a caravana fluvial”—o trajeto entre Manaus (AM) e Belém (PA) será feita de barco— a viagem vai levar Lula e demais caravaneiros a mais um pedaço esquecido do Brasil, entre os dias 17 de novembro e 2 de dezembro próximos.

Roraima:

Normandia, (Encontro com lideranças indígenas dos Macuxi, Wapixana, Wawá, Yanomami, Waimiri- Atroari, na região Raposa- Serra do Sol, na Maloca do Bismarck.), Boa Vista e Mucajaí.

Amazonas:

Manaus, Vila Novo Remanso, Itacoatiara, Urucurituba, Maués, Boa Vista do Ramos, Vila São Benedito, Barreirinha e Parintins.

Pará:

Jurutí, Vila Serrinha (comunidade remanescente de um quilombo, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Ilha do Palhão, Santarém, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Vila São Raimundo, Gurupá (prefeitura petista), Estreito de Breves, Oeiras (prefeitura petista), Abaetetuba, Barcarena, Belém e Capanema.

Amapá:

Serra do Navio e Mazagão (prefeituras petistas), Macapá e Santana.

Relação com Genoíno

A CEN recebeu mensagens das Executivas Estaduais da Bahia e do Distrito Federal, bem como das Executivas Municipais de Porto Alegre e Curitiba, manifestando, em termos diferentes, a condenação às declarações do companheiro José Genoíno, deputado por São Paulo, relativas ao processo de revisão Constitucional, e solicitando medidas disciplinares. Igualmente, a CEN recebeu cópia de carta do companheiro Genoíno enviada à Folha de S. Paulo

afirmando não “liderar nenhuma divisão da bancada” e reivindicando “conversas informais e pessoais com o relator do regimento da Revisão”.

Em face da situação criada, a CEN reafirmou sua posição crítica à declarações distoantes das resoluções partidárias, quando veiculadas em órgãos de comunicação de massa, e se dispõe a realizar uma reunião com a bancada parlamentar no sentido de estabelecer um código de relacionamento comum.



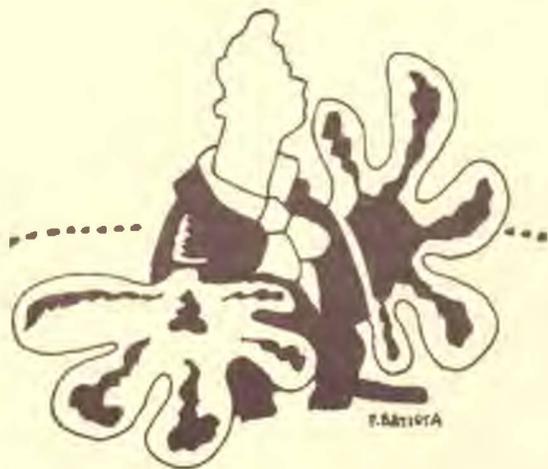
DO NOSSO JEITO

Esta fita é fundamental para quem quer entender ou aprender como a forma de agir do Partido pode transformar a realidade nacional. A fita resume as experiências e realizações vivenciadas pelas administrações petistas, tornando-se referencial indispensável aos que participam na luta por transformações sociais - duração 60 minutos.

Preço da fita: **CR\$ 4.150,00**

Promoção especial: Fita + Livro “Modo Petista de Governar” apenas **CR\$ 4.600**

Corrupção no governo Collares



A lama atingiu o governo gaúcho e respingou em Alceu Collares (PDT) e sua mulher, Neuza Canabarro. Um escândalo que mistura extorsão — ao estilo PC Farias — com tráfico de drogas veio à tona a partir das denúncias do empreiteiro Rosalino Zorzi, feitas ao deputado petista Flavio Koutzii.

Por iniciativa de Koutzii uma CPI investiga as denúncias sobre a existência de que o Governo Collares, condicionava a liberação de verbas para pagamento de obras já feitas, mediante comissões que variavam de 5% a 15%.

Dono de uma construtora hoje falida por não receber os pagamentos, Rosalino Zorzi denuncia ter desembolsado um total de US\$ 100 mil em comissões para uma rede, que teria como integrante o cunhado do governador, Celestino

Ignácio Elizeira Junior.

Zorzi passou a Koutzii, que preside a CPI, cópias dos cheques que comprovam o pagamento da “caixinha” e também de uma carta que entregou, no dia 18 de agosto, ao governador Alceu Collares, denunciando todo o esquema. Collares apenas pediu abertura de uma sindicância que, após 30 dias, nada tinha avançado.

Celestino foi preso pela Polícia Federal, acusado de extorsão. Ele divide a cela com seu sócio, Tomaz Acosta, preso por tráfico e consumo de drogas.

Poucos dias após as denúncias de Zorzi à Assembléia dois funcionários do governo Collares envolvidos caíram: o ex-deputado Luiz Abadie, diretor financeiro da Cohab e Martim Aranha Filho, chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento Territorial e Obras.

Tratamento de choque

O governo do estado de São Paulo está tratando com truculência os trabalhadores da Educação do Estado, em greve há mais de dois meses. Na última reunião da comissão de negociação do magistério com o governo, dia 7 de outubro, os professores apresentaram as seguintes reivindicações: política salarial com reajustes mensais vinculados à inflação; reposição das perdas salariais — o índice necessário para repor o poder de compra de março de 87 é de 128% sobre o salário de setembro/93, além dos 129% já concedidos; piso do DIEESE (Cr\$ 56.225,00 em setembro); 30% do ICMS para o ensino de 1º e 2º graus; pagamento no último dia útil do mês. O Governo não atendeu nenhuma das reivindicações e fez seis propostas. A última prevê: além dos 129%, cerca de 19% nos meses de outubro, novembro e dezembro; reposição das perdas com a inflação a cada seis meses. Todas as propostas foram rejeitadas pelos professores.

Sem negociação

O governo Fleury colocou a tropa de choque para agredir e prender os trabalhadores em três oportunidades: no dia 26 de agosto no Palácio dos Bandeirantes, quando 13 pessoas ficaram feridas; na madrugada do dia 17 de setembro, quando a comissão foi expulsa à força da Secretaria de Educação e houve pancadaria; e no dia 21 de

outubro, na Assembléia Legislativa, quando 16 professores ficaram feridos e dois deputados do PT foram agredidos por policiais da tropa de choque.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) fez uma proposta para encerrar a greve que foi aceita pelos trabalhadores, mas o governo alegou incompetência do TRT para intervir na negociação.

Para superar o impasse, a bancada estadual do PT apresentou um projeto de lei autorizando o Governo a conceder os índices propostos pelo TRT. Não houve resposta.

O governador Fleury entrou, então, com uma ação na Justiça contra as três entidades representantes dos trabalhadores da Educação — APEOESP, APASE, e UDEMO — pedindo indenização de CR\$ 1 milhão de cada uma. Sua intenção era pressionar o comando de greve e jogar a opinião pública contra o movimento. A justiça indeferiu o pedido e julgou o governo do estado responsável pela greve. Com isso foi aberto o caminho para que os pais de alunos processem o Governo por perdas e danos, como já vem ocorrendo.

Frente à incapacidade do governo de resolver o impasse, continuam em greve, segundo a APEOESP, 60% dos 220 mil professores, e, permanecem sem aula 6,5 milhões de alunos das 6.682 escolas estaduais.

Boletim Nacional CUPOM DE ASSINATURA

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ Telefone _____

Assinatura semestral (12 edições) Cr\$ 1.300,00

Assinatura anual (24 edições) Cr\$ 2.600,00

preço válido até 30/11

Apartheid no Pelourinho

Alardeada como a principal realização do governo de Antonio Carlos Magalhães, a reforma do Largo do Pelourinho, mais famoso cartão postal de Salvador (BA), não conseguiu encobrir questões preocupantes. Levada a toque de caixa por ACM, a reforma de US\$ 12 milhões não observou os requisitos técnicos necessários a uma obra de restauração e expulsou do local, só nessa primeira etapa, 525 famílias. O vereador petista Zezéu Ribeiro acompanha o processo de transformação do “Pelô” com preocupação: “Do

jeito que vai o processo, o Pelourinho corre o risco de perder sua característica de local singular e palpitante, já que as figuras humanas que sempre lhe deram vida estão sendo afastadas”. Zezéu tem mantido reuniões com os moradores remanescentes, buscando saídas para que o velho Pelô não seja transformado num espaço elitista, onde os restaurantes e lojas sofisticados ocupem totalmente um ponto que se celebrou como marco de afirmação das tradições afro-baianas.

I Congresso Nacional de Movimentos Populares

A Central de Movimentos Populares do Brasil está nascendo. Cerca de 1200 delegados de todo o país reunidos em congresso em Belo Horizonte (MG), entre 28 e 31 de outubro, fundaram a entidade que promoverá a articulação destes movimentos e a unificação de suas lutas a nível nacional. O Congresso aprovou, ainda, uma plataforma unificada de lutas, a estrutura organizativa da entidade e elegeu a sua coordenação.

Como apontou a 1ª Plenária Nacional dos Movimentos Populares, realizada em 1990, a Central está sendo construída a partir das lutas concretas, com movimentos articulados em ações unificadas, para que a sua fundação não significasse apenas o surgimento de uma nova entidade, mas a expressão de um avanço real no acúmulo de forças dos movimentos.

A nova Central tem papel estratégico no enfrentamento do modelo



2ª Caravana da Moradia para Brasília — 1989

capitalista e na construção da cidadania, afirmando uma ética que exclui toda forma de exploração e dominação. Para sua construção foram realizadas 160 plenárias municipais, envolvendo os mais diversos setores — movimentos comunitário, de mulheres, pela moradia, de saúde, negros, meninos e meninas de rua, prostitutas,

movimento cultural, estudantil, homossexuais, Direitos Humanos, assentados, ecológico, portadores de deficiência, educação, movimento de reintegração dos hansenianos, aposentados, ambulantes e Sem-Terra.

Nas plenárias de cada setor refletiu-se sobre a importância da diversidade dos movimentos, de suas

questões específicas, bem como a importância de somarem suas forças em ações articuladas, fortalecendo a luta conjunta. Nas plenárias municipais esta reflexão foi aprofundada debatendo-se os eixos e bandeiras de luta para um programa de ação, elegendo-se também coordenações locais e delegados para o Congresso Nacional, que passaram ainda por uma plenária estadual.

O I Congresso será um marco histórico na organização do movimento popular combativo no Brasil, que contribuiu na resistência à ditadura, na redemocratização do país, enfrentou as políticas clientelistas e populistas reestabelecidas desde o Governo Sarney e que avançou na qualificação técnica e política, tanto na proposição de políticas públicas, como na realização das lutas diretas, participando ativamente no processo constituinte e no *impeachment* de Collor.

FINANÇAS

Arrumando a casa

Três medidas foram adotadas pelo DN para acertar a situação financeira, dando seqüência à campanha de arrecadação já iniciada (bonus, agenda etc):

a) Cumprindo o Regimento interno do Partido dos Trabalhadores, o Diretório decidiu estender à Bancada dos Deputados no Congresso Nacional a regra relativa à cessão dos cargos, já estabelecida com outras bancadas partidárias. Agora, solicita-se aos gabinetes colocar um cargo à disposição da liderança da

bancada, de modo a capacitar a atuação partidária na conjuntura que se abre de 93 para 94.

b) O DN decidiu ainda vincular o registro de candidaturas em todos os níveis, àqueles filiados — notadamente os atuais detentores de mandato — que estiverem em dia com suas obrigações financeiras com o partido, até 31 de dezembro.

c) Igualmente, os Diretórios Regionais deverão estar em dia até 31 de dezembro para efeito de participação nas instâncias de representação (encontros, etc).

94 vem aí...

e vamos
levar
Lula-lá

Bonita?
Prática?
Você vai precisar,
não vai?
Então que seja
a do PT



Adquira já sua agenda PT-94
À venda nos diretórios e lojas do Partido.
(O preço? Não dá para publicar. Até você comprar já mudou)



COMUNICAÇÃO**Seminário em dezembro**

Uma reunião preparatória no último dia 21 iniciou o processo de construção de um Seminário Nacional de Comunicação, marcada para 11 e 12 de dezembro. Representantes da Comissão Executiva Nacional, dos DRs de São Paulo e Minas Gerais, profissionais de vídeo, do Brasil Agora e da grande imprensa constituíram um grupo de trabalho aberto, que definiu um calendário de reuniões e definirá a pauta do seminário.

Estão marcadas três reuniões preparatórias: 4/11, Nova Legislação Eleitoral; 18/11, Formato, conteúdo e linguagem; 2/12, A comunicação do PT.

Ainda serão agendadas duas outras reuniões: "Comunicações no Governo Lula" — Com a Comissão de Programa

— e "Comunicação nas Prefeituras" — em acerto com o Seminário específico da SNAI. O público alvo do seminário são os secretários de comunicação das instâncias estaduais, das capitais e principais cidades. Serão incorporados, também, os companheiros que têm atuação destacada em diversos veículos de comunicação (grande imprensa, movimentos, sindicatos, universidades etc), especialmente os que têm colaborado com o partido nessa área.

Com isso, poderemos retomar alguns temas importantes como a capacitação de veículos internos para atingir, efetivamente, a base partidária, ajudando a enfrentar o desafio da próxima campanha eleitoral nacional.

INTERNACIONAL**OLP-Israel**

"O Partido dos Trabalhadores, como o povo brasileiro, acompanhou com grande emoção a assinatura de acordos entre o Estado de Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, abrindo caminho para uma paz duradoura no Oriente Médio."

Este é especialmente o conteúdo das cartas que o presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e Marco Aurélio Garcia, Secretário de

Relações Internacionais, enviaram ao Sr. Abmed Sobh, embaixador da OLP no Brasil, e ao Sr. Slomo Bino, embaixador do Estado de Israel no Brasil.

"Sabemos que o caminho da paz é longo e cheio de obstáculos, mas queremos expressar a esperança de que ele será percorrido com a sabedoria que permitirá conduzir a uma solução duradoura, fundada na justiça e equidade."

Presidenciáveis em Cartagena

Os candidatos presidenciais Ruben Zamora, da Convergência Democrática de El Salvador, Antonio Navarro Wolf, do M-19 (Colômbia) e Lula, do Partido dos Trabalhadores, reuniram-se em Cartagena, na Colômbia, para trocar experiências e traçar objetivos comuns para a América Latina. Participou, também, via satélite, o candidato do PRD do México, Cuauhtémoc Cárdenas. Na resolução aprovada, os

presidenciáveis afirmam: "Cada um de nós é parte de complexos processos nacionais que significaram a ruptura com regimes excludentes e antidemocráticos. Nossa luta por uma nova ordem interna e continental parte do reconhecimento do fracasso do modelo neoliberal que, sob o argumento da 'modernização', gerou neste lado da América 60 milhões de novos pobres em escassos quatro anos".

AGRÁRIA**Posseiros jogados contra índios**

Políticos e fazendeiros da região do Baixo Araguaia (MT) estão usando posseiros como bucha de canhão num conflito com índios Xavantes. A área do conflito, fazenda Suiá Missu, foi ocupada há cerca de 30 anos pelos índios. Contudo, eles foram expulsos pelos fazendeiros e levados para a reserva Pimentel Barbosa (300 km da fazenda).

Em junho do ano passado, durante a ECO-92, a fazenda, que então pertencia a um grupo de empresários italianos, foi doada ao governo federal para que fosse devolvida aos Xavantes. Na mesma época, dois mil posseiros invadiram a área incentivados pelo prefeito de São Félix do Araguaia e seu candidato, Miguel Milhomen (ambos do PFL), pelos prefeitos de Alto da Boa Vista, Osmar Kalil Botelho Filho, de Porto Alegre do Norte, Luis Bang Bang Machado,

além da UDR local.

No início deste mês os posseiros interditaram a rodovia BR 158, que dá acesso a diversos municípios da região em protesto à portaria do ministro da Justiça, que determinou a retirada dos posseiros e a demarcação da área. Todo abastecimento foi interrompido.

Para o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, o episódio da fazenda Suiá Missu pode virar um conflito não de índios com posseiros, mas de índios com políticos, fazendeiros e comerciantes. "Não nego o direito dos verdadeiros posseiros, aqueles mais antigos, de reivindicar um pedaço de terra para trabalhar. O que não podemos admitir é que a reserva indígena seja rateada entre posseiros de última hora, que foram arregimentados em outras regiões para ocupar a área e provocar atritos com os índios."

Ocupar e resistir

Vindas de 25 municípios de São Paulo, 2.500 famílias sem terra ocuparam as fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, no município de Getulina, no dia 9 de outubro. Essas fazendas, com cerca de cinco mil halqueiros, são conhecida-mente improdutivas, mas seu pretensão proprietário, Antonio Ribas, tentando provar o contrário, utiliza-se de uma prática já conhecida: solta o gado de fazendas vizinhas, para aumentar o "seu" rebanho.

Na negociação do dia 21, com

autoridades locais, estaduais e federais, não se chegou a uma definição. A proposta do proprietário é de que a perícia das terras seja feita por técnicos de sua confiança. Tanto o MST quanto o Incra rejeitaram essa proposta. As negociações prosseguem, mas há ainda a ameaça de uma ação de despejo cuja suspensão depende de autorização do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, presidido por Odir José Pinto Porto.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Ribeirão colhe os frutos

A prefeitura petista de Ribeirão Preto (SP) inaugura o processo de elaboração democrática do orçamento municipal para 94. Seguindo o modelo bem sucedido de Porto Alegre (RS), Ribeirão, com 450 mil habitantes, envolveu cerca de 1.400 pessoas nessa primeira experiência. A peça orçamentária prevê para 94 a aplicação de 11,86% das verbas em investimentos — contra 10% em 93 —, num total de US\$ 9,56 milhões.

Para decidir o destino dos US\$ 80 milhões a serem gastos pela prefeitura em 94, foram realizadas nove plenárias — uma por região, sempre com a presença do prefeito Antonio Palocci e os secretários da Fazenda e de Governo. A população foi convocada através de anúncios nos jornais locais, cartazes e carros de som. As plenárias listaram as demandas por região e elegeram os representantes da comunidade para o Conselho de Orçamento Participativo. São 86 representantes da comunidade no conselho, mais os 34 representantes

dos setores organizados da sociedade — sindicatos, entidades estudantis, OAB, PNBE.

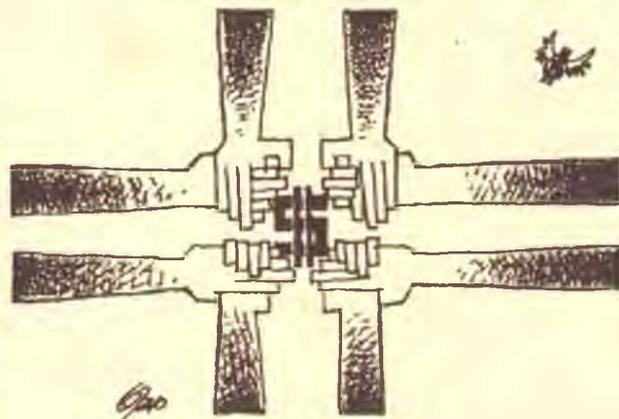
Prioridades

A iniciativa de envolver a população na elaboração do orçamento gerou conflito entre a Câmara de Vereadores e o prefeito Antonio Palocci. É que o Conselho de Orçamento Participativo questionou o total de verbas destinadas à Câmara — que abocanhava 5,32% do orçamento do município. Alguns vereadores acusaram Palocci de “golpe” e a questão

ganhou o noticiário local. Chamado a debater o assunto, o presidente da Câmara forneceu o mote definitivo, afirmando que o Legislativo “não esbanja verbas. Tanto que até sobra dinheiro”. “Se

sobra, que seja destinado às obras”, concluiu o Conselho.

A Câmara recuou e as verbas destinadas ao Legislativo foram fixadas em 3%. Os 2,32% restantes foram destinados às Secretarias de Saúde, Educação e Cultura. O orçamento 94 de Ribeirão Preto foi montado a partir das prioridades definidas pelo Conselho de Orçamento Participativo, que alterou várias propostas do Executivo. A peça orçamentária foi assinada por Antonio Palocci e enviada à Câmara, que tem até dezembro para emendá-la e aprová-la. Agora o conselho está de olho, mobilizando a comunidade, até que sejam concluídas as votações.

**LONDRINA****Invertendo prioridades**

O prefeito de Londrina (PR), Luiz Eduardo Cheida, e o presidente da Sanepar, Stenio Jacob, abriram, no mês passado, o processo de licitação internacional para a execução do sistema de esgoto sanitário para a região sul do município, bem como assinaram o reinício das obras da estação de tratamento de esgoto norte, com investimentos que representam 50% de tudo o que já foi realizado em saneamento básico na cidade.

O saneamento básico vem de encontro às reivindicações apontadas pela população no Orçamento Participativo, ou seja, buscar melhorar a qualidade de vida da população, com mais saúde. Invertendo as prioridades, ao invés de fazer primeiro a rede coletora de esgotos e lançar os dejetos “in natura”, optou-se por viabilizar, primeiro, duas grandes estações de tratamento para, em fase posterior, construir

RIO BRANCO**Política agrária, na cidade**

O prefeito Jorge Viana assinou dois convênios com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cujos recursos liberados — 25 milhões de cruzeiros reais — serão investido na criação do Primeiro Polo Agroflorestal de Rio Branco.

Neste polo, cuja área de 100 hectares já foi adquirida pela prefeitura, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento vai desenvolver um projeto de combate à fome e à miséria a partir da utilização racional de áreas agroecológicas dotadas de eletrificação rural e de estradas trafegáveis o ano inteiro. O objetivo principal é criar alternativas de

ocupação e rendimento para famílias que já viveram no campo e hoje se encontram em condições miseráveis na periferia da cidade. Essas famílias, que já estão sendo cadastradas — 40 na primeira fase do projeto —, terão a oportunidade de voltar a produzir para a subsistência e vender o excedente, com apoio inicial da prefeitura.

Para o prefeito, o grande mérito do projeto é apresentar uma solução simples para um problema social de grande envergadura. “Basta que se tenha a determinação política de transformar as áreas próximas à cidade, áreas que contam com benefícios do Estado, do governo, em áreas realmente produtivas.”

BN errou

Na matéria sobre a Prefeitura de Santos (edição nº 75) dissemos que a tarifa estava em CR\$ 85,00, quando, na verdade, na empresa de transportes municipalizada (CSTC) a tarifa é de CR\$ 60,00 — já o valor praticado pela iniciativa privada que opera o intermunicipal entre Santos e São Vicente é de CR\$ 82,00.

Uma carta do diretor da CSTC precisa que “a empresa mantém-

se com a arrecadação tarifária, visto que a Câmara Municipal nunca autorizou a concepção de subsídio à empresa”.

O BN informou também que “90% de todo o recurso federal são assumidos pela prefeitura”: o correto, no entanto, é que 90% dos gastos com saúde são assumidos pela prefeitura, 10% pelo governo federal e nada pelo governo estadual.

O MOMENTO POLÍTICO

Resolução do Diretório Nacional

A crise que vem marcando o panorama político e institucional desde a eleição de Collor agravou-se tão profundamente nos últimos meses e, particularmente, na última semana, que chega a configurar uma nova conjuntura, que está a exigir, também, novas e ousadas propostas de atuação política.

1. - O início da revisão constitucional, decidido de forma atropelada e contrariamente ao regimento do Congresso, levou o PT e outros partidos de oposição a aplicar o recurso da obstrução parlamentar, para evitar que os revisionistas liquidem com as poucas conquistas democráticas da Constituição de 88.

2. - Simultaneamente, a opinião pública teve sua atenção chamada para o escabroso episódio de compra e venda de deputados federais, escândalo que atingiu as lideranças do PSD e revelou o envolvimento do governador Fleury, do poderoso PMDB paulista.

3. - A crise, porém, acaba de atingir um patamar superior com as denúncias do ex-diretor do Departamento de Orçamento da União, economista José Carlos do Santos, atualmente preso e indiciado em vários processos - que vão da suspeita de homicídio à de narcotráfico e falsificação de dólares.

4. - Em que pesem as acusações existentes contra o próprio acusador, suas denúncias calaram fundo no Congresso, no Executivo, nos meios empresariais e na opinião pública em geral. Isso porque:

4.1 - Embora só agora estejam aparecendo nomes e descrições dos "esquemas" e "sistemas" utilizados, há muito se suspeitava de que houvesse corrupção na manipulação do Orçamento da República. A bancada federal do PT em 1991, através de seu líder José Genoino, denunciou, inúmeras vezes, a farsa montada na Comissão de Orçamento. Em 1992 o

deputado Jaques Wagner, em nome do PT, solicitou a instalação de uma CPI para averiguar as denúncias contra a Comissão. O pedido foi arquivado pelo senador Mauro Benevides e pelo deputado Ibsen Pinheiro, respectivamente presidente do Senado e da Câmara dos Deputados. O senador Eduardo Suplicy, por ocasião da votação do Orçamento de 92, também levantou uma série de suspeitas, mas, igualmente, não encontrou respaldo, no Congresso, para uma investigação rigorosa.

4.2 - Praticamente todas as acusações são bastante verossímeis, dados os antecedentes de

muitas das figuras denunciadas e o conhecimento de falcaturias e maracutaias trazidas à tona por ocasião da outra CPI, a de 92, contra PC Farias e Collor.

4.3 - As denúncias não parecem estar sendo jogadas a esmo. Embora as motivações subjetivas do acusador possam esconder a intenção de desviar a atenção das próprias culpas, as denúncias têm sido direcionadas contra figuras públicas que ou pelo seu passado, ou pelos postos públicos que ocuparam ou ocupam no presente, não estão a salvo de acusações desse tipo.

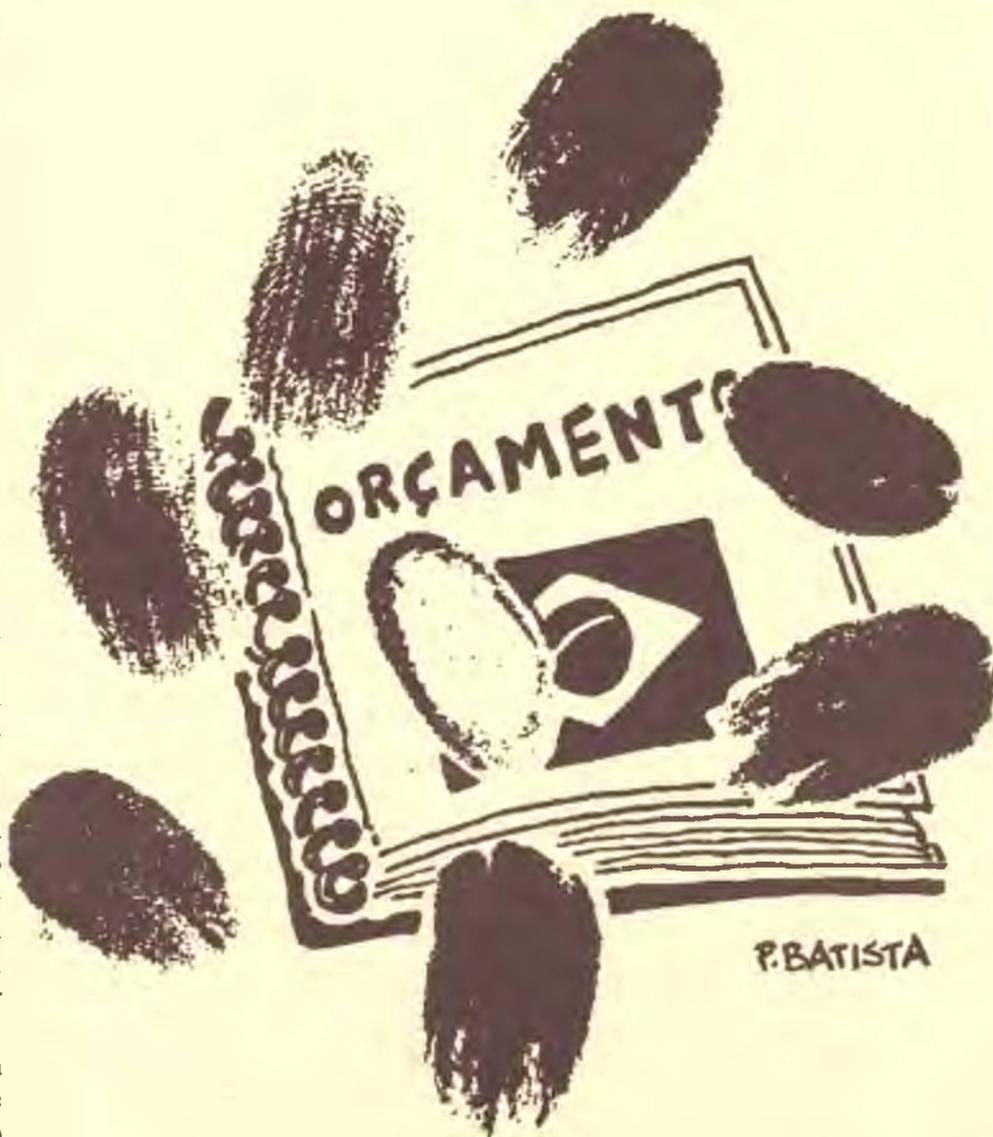
4.4 - As acusações não estão sendo

formuladas por alguém que tenha tido conhecimento fortuito de um caso ou outro, ou que tenha sido apenas testemunha indireta e involuntária de ações praticadas por terceiros. Ao contrário: quem faz as acusações esteve no centro dos acontecimentos por vários anos e tinha papel ativo e crucial no acionamento dos mecanismos da corrupção.

5. Assim, por menos que se possa prejulgar acusados, quaisquer que sejam, antes de cabalmente provadas as acusações, não é possível deixar de **concentrar toda a atenção e seriedade** no episódio, capaz de desvendar um mundo subterrâneo de corrupção que vinha há tanto tempo se mantendo impune.

6. A Mesa da Câmara dos Deputados não teve como deixar de abrir, uma CPI, depois de tentativas, felizmente frustradas, de minimizar o episódio e o alcance da investigação reclamada, bem como de desqualificar o acusador. O teor das denúncias, a abrangência dos acusados - parlamentares, ministros, ex-ministros, governadores, empresários etc — e a pressão dos líderes e parlamentares de partidos da oposição — o PT à frente — impuseram ao Congresso a necessidade de investigação e apuração cabal das responsabilidades.

7. Instalada a CPI e iniciados seus trabalhos, começam a aparecer fatos novos e certamente nas próximas horas e nas próximas semanas muitos outros ainda virão à tona. Um dos mais graves é a acusação de que, já há meses, o ministro da Justiça



do Governo Itamar, o senador Maurício Correia, sabia ou tinha denúncias do esquema de corrupção vigente na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados. As acusações dizem que o ministro foi alertado por um relatório da Polícia Federal. Como, infelizmente, nem a Polícia Federal pode ser isentada de suspeição — haja vista a desfaçatez tranqüila com que, de seus confortáveis aposentos londrinos, o fugitivo PC Farias se dirige à Nação através dos principais jornais — é possível, que, na realidade, não tenha sido assim que o ministro da Justiça tenha tomado conhecimento dos fatos. Mas, se efetivamente tomou, o que fez para apurá-los? Ignorou as denúncias? Não conseguiu investigar? Não se importou? Se as acusações contra o ministro da Justiça forem verdadeiras — e até agora não foram rechaçadas pelo interessado — a sua situação pode tornar-se muito grave, e com ela a do Governo Itamar.

8. As denúncias que provocaram a abertura da CPI do Orçamento levaram quase automaticamente a outra questão: a inoportunidade de uma revisão constitucional perpetrada por um Parlamento cuja legitimidade é posta à prova não por “inimigos externos”, mas pela conduta escandalosa de muitos de seus próprios integrantes.

Não é mais apenas o PT e outros partidos e movimentos de oposição que clamam pela suspensão ou pelo adiamento da revisão. Muitos dos tradicionais defensores da revisão já externam publicamente suas dúvidas sobre a viabilidade da reforma neste momento e por tais congressistas.

9. Até agora, o PT e outros partidos vinham corretamente desenvolvendo um trabalho de obstrução, para evitar que as classes dominantes e as forças reacionárias se aproveitem da revisão para liquidar conquistas sociais e trabalhistas. Agora, essa luta deve ampliar-se para exigir a suspensão da revisão, e para mobilizar a sociedade a fim de fazer pressão para que a CPI do Orçamento investigue cabalmente os fatos e puna exemplarmente os

responsáveis.

10. A crise nas instituições não se restringe ao Legislativo. O Executivo também está sendo afetado. O Governo Itamar continua dando demonstrações cada vez mais inegáveis de incapacidade e de falta de comando ou liderança no enfrentamento dos enormes problemas econômicos e sociais. À falta de um plano global conhecido, o Ministério vai — cada ministro a seu modo — implementando na prática a receita neoliberal inaugurada por Collor, o que significa recessão, arrocho, desemprego e miséria. Nos Estados, governadores mostram-se ao mesmo tempo incapazes de atender às reivindicações populares e de escapar de suspeitas de irregularidades, como Fleury, de São Paulo, que envia a tropa de choque da PM para bater nos professores em greve há mais de 66 dias; e, até agora, Fleury não esclareceu as acusações de compra e venda dos deputados federais.

11. Os aparelhos judiciários, em vários níveis, resistem de várias maneiras ao debate da idéia de um controle social e democrático sobre a Justiça e os juízes. O episódio da decisão do STF, revogando uma liminar dada por um de seus membros, e, assim, convalidando a irregular decisão do Congresso de iniciar a revisão, é interpretada por muitos como uma advertência para que os parlamentares não mexam nas mordomias e privilégios do Judiciário e dos juízes.

12. O grande pano de fundo em que operam as crises das instituições é a imensa e, aparen-

temente incontrolável, crise social e econômica. É uma crise que nasce do bojo do modelo neoliberal, alimenta-se da inflação, da carestia, do desemprego, da recessão, do arrocho salarial e se manifesta por formas as mais diversas, mas todas tendo em comum o desespero e o ceticismo de enormes contingentes populacionais marginalizados: greves de assalariados do setor privado e do setor público, ocupações de terra, invasão da SUDENE, a ocupação militar da Engesa, a invasão na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela tropa de choque da PM para reprimir professores em greve, a guerra do narcotráfico, batalhas entre quadrilhas, violência urbana e rural, massacres e “razzias”, arrastões, assaltos, violência, linchamento, e assassinatos. Finalmente, não é possível deixar de vincular a crise institucional e social do Brasil com a situação mundial. A queda do muro de Berlim, a derrocada do Império Soviético levou a uma ilusória fé nas promessas de felicidade feitas pelo neoliberalismo. Logo, porém, viu-se que a receita do FMI não resolvia nenhum dos graves problemas dos países do mundo. Na América Latina, há uma perigosa tentativa de volta aos regimes de força. Na Itália, a operação “Mãos Limpas” está revelando os subterrâneos da corrupção privada e pública. A crise, portanto, é também do capitalismo.

13. Em vários pontos do País avolumam-se os sinais da crise institucional e social. Na Bahia a

apuração em curso pela Polícia Federal, da utilização de conta fantasma no Citibank por Antonio Carlos Magalhães na campanha eleitoral de 90 pode comprovar o funcionamento de um esquema semelhante ao usado por Collor/PC. No Rio Grande do Sul, o governo de Alceu Collares é suspeito de numerosas irregularidades. No Nordeste, multiplicam-se as denúncias contra a exploração no que se convencionou chamar de “indústria da seca”. No Rio de Janeiro a Interbrás está sob ocupação desde 20 de outubro, como fruto de um movimento contra a extinção da empresa e pela suspensão do processo de liquidação. No Espírito Santo o governo Albuíno é acusado de beneficiar-se da corrupção de empreiteiras e de colocar a máquina do Estado a serviço dos deputados da direita em troca da aprovação das contas e de outros projetos de interesse do Executivo. Na Assembléia Legislativa desse estado foi aberta CPI para apurar atos de corrupção de um deputado tucano, cujo mandato está sob ameaça de cassação e a construção da nova sede da Assembléia, obra faraônica criticada por todos, compromete 50% dos recursos do estado. E dos 30 deputados estaduais do Espírito Santo, que ganham um salário de CR\$ 415.000,00, somente 5 (cinco) não aceitaram o chamado “auxílio-moradia” para deputados (cerca de CR\$ 110.000,00) mandado pagar pela Mesa da Assembléia.

14. A crise parece indicar a iminência de um “esgotamento” das instituições tradicionais. Certamente não é por acaso que correm paralelas a crise dos “Poderes” — Legislativo, Executivo, Judiciário — e a crise no próprio mundo econômico e empresarial. Mais do que na outra CPI, a de 92, nesta do final de 93 já não é mais possível esconder a participação ativa das empresas, dos bancos, das grandes construtoras no esquema de corrupção. A própria equipe econômica do Ministério da Fazenda parece sacudida por atritos e conflitos. Já aparecem na grande imprensa as primeiras evidências de uma tentativa empresarial de “fritar” o



ministro Fernando Henrique Cardoso ou preparar terreno para mais uma reforma ministerial. Aumentam, assim, os riscos de o Governo Itamar, na indecisão de ficar ou sair, deflagrar uma série de medidas improvisadas e ineficazes para enfrentar o caos econômico: aumentos abusivos de impostos, tabelamentos incorretos e inoportunos, estrangulamentos e sufocações cada vez mais irreversíveis, que só tenderão a agravar a recessão, o arrocho e o desemprego.

15. Além disso, é preciso não esquecer que, em 92 tratava-se de uma CPI "contra" PC Farias e Collor mas agora entre os acusados há parlamentares, o que poderá permitir toda sorte de cumplicidades, acobertamentos ou acovardamentos. Isso significa que a nova situação exigirá do PT uma análise mais fina, uma tática mais cuidadosa, uma argumentação mais elaborada.

16. O PT precisa deixar clara sua posição a respeito do Congresso. O PT defende intransigentemente a responsabilização severa de congressistas corruptos, e defende, com a mesma ênfase, a punição exemplar de membros do Executivo e do Legislativo, e empresários responsáveis por corrupção. Mas o PT não confunde a denúncia e a punição de parlamentares inidôneos com o ataque à instituição do Congresso, e não se alinha com aqueles que, a pretexto da "moralização", tentam apelar para soluções de força que sempre acabam por prejudicar o povo. O PT luta pelo constante aperfeiçoamento da democracia, o que implica em transformações radicais que podem e devem atingir, também, as instituições e os poderes tais como nós hoje os conhecemos. Mas a concepção de democracia do PT implica na participação e no controle das instituições pela sociedade organizada.

17. As dimensões da crise têm propiciado o surgimento de numerosas idéias para enfrentar a situação. Uma é a ameaça de golpe, permanentemente renovada ou lembrada por políticos de direita, como o governador baiano Antonio Carlos Magalhães, ou por pessoas ligadas direta ou indiretamente a

setores militares.

18. Outra é a antecipação de eleições gerais ou apenas presidenciais. Exposada por figuras diferenciadamente colocadas no espectro político a tese acabou recebendo súbita e impactante notoriedade ao ser proclamada, embora com ressalvas, pelo líder do Governo no Senado, Pedro Simon, como sendo a tradução daquilo que seria uma postura do próprio presidente Itamar Franco, que, segundo o senador, não colocaria obstáculos ou objeções a reduzir seu mandato caso o Congresso se decidisse pela convocação antecipada de eleições.

19. Mas a verdade é que a crise governamental e a crise social certamente terão desdobramentos e consequências, alguns dos quais podem aqui ser delineados como muito prováveis.

20. A tendência é de aumentar a confusão e a desarticulação das forças de centro-direita e de direita. Não é impossível que, mais tarde, a própria crise produza os "heróis" da direita e já se começa a falar numa provável candidatura presidencial de Jarbas Passarinho, presidente da CPI do Orçamento.

21. O Governo Itamar foi atingido de forma aparentemente irreversível pelos últimos acontecimentos. As acusações e denúncias em curso atingem ex-ministros mas também ministros escolhidos ou aceitos por Itamar. Embora o Governo ainda possa tentar uma sobrevida, com medidas de impacto na área econômica, troca de ministros, reformas tributárias emergenciais, etc, dificilmente



podrá retomar um controle da situação que, na verdade, nunca teve inteiramente. Sua recente declaração de que não poria obstáculos à redução de seu mandato pode ser a expressão canhestra da percepção de que, realmente, seu Governo está acabando.

22. Assim, se a Revisão Constitucional — última esperança da Era Itamar — ainda não naufragou inteiramente de direito de fato já não vai conseguir seus intentos iniciais. As forças situacionistas e as de centro-direita tentarão a todo custo desvincular, dos trabalhos da Revisão, a CPI do Congresso e a investigação das denúncias. Procurarão fazer as duas operações simultaneamente, concluir o Regimento da Revisão e iniciar a discussão de conteúdo. Mas podem não ter êxito. As últimas declarações do ministro Fernando Henrique Cardoso, querendo implantar já algumas medidas econômicas, inclusive tributárias, parecem indicar que o núcleo central do Governo talvez já tenha desistido de fazer reformas através da Revisão Constitucional. Essas especulações contudo, não devem fazer esmorecer o empenho da luta contra a Revisão. Nesse sentido, é importante lembrar que as forças conservadoras se utilizaram do argumento que apontava para a urgente reformulação do sistema tributário para convencer a população da imperiosa necessidade da realização da Revisão Constitucional. O ministro da Fazenda e as principais lideranças conservadoras do Congresso já

reconheceram que a reforma de ajuste fiscal está inviabilizada para o ano de 1994. Dessa forma, cai por terra o argumento desses partidos, restando, apenas, a clara intenção de buscar-se a modificação de questões da maior importância para a sociedade brasileira, como a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações.

23. Finalmente, é inegável que haja, neste preciso momento, um natural reforço da candidatura Lula como uma possível e real alternativa a "tudo o que está aí". Não só porque o PT e seus políticos tem se mantido fora das acusações e denúncias de irregularidades e corrupção. Mas principalmente porque Lula e o PT têm se constituído cada vez mais uma referência — mais que eleitoral — de mudança do quadro vigente. Essa tendência, se se confirmar e se consolidar, vai ter dois desdobramentos imediatos:

a) um é o acirramento dos ataques contra Lula e o PT e a tentativa de envolver os petistas em acusações de irregularidades de toda ordem; b) outro é a imensa carga de responsabilidade que passa a pesar cada vez mais sobre o Partido, que tenderá a ser o depositário natural de esperanças e ilusões de milhões de brasileiros.

24. O PT precisa preparar-se com mais empenho e afinco para enfrentar a nova situação. Em parte acelerando as providências internas para reorganização de suas estruturas orgânicas e para a mobilização de sua militância. Em parte dando novas dimensões à tarefa de elaboração e discussão de seu Programa de Governo 94, criando comitês pró-Lula, acelerando a abertura da discussão ao movimento político, social, sindical e popular. Nessa conjuntura, o PT precisa perder sua timidez e insegurança, e conscientizar-se de que, cada vez mais para milhões de brasileiros, hoje é uma referência real como alternativa de poder e transformação social. Assim, é necessário não deixar de perceber os aspectos favoráveis da situação e as perspectivas que podem abrir-se às suas possibilidades de vitória.

PROPOSTAS IMEDIATAS

Diante da situação exposta na primeira parte deste documento, o Partido deve centrar sua linha de atuação nas seguintes propostas imediatas:

1. Lutar pela investigação completa e rigorosa das denúncias de corrupção no Congresso, no Executivo e no setor privado, pressionando para que a CPI aponte cabalmente todas as responsabilidades, sem limite de tempo, e com plenos poderes de apuração.

2. Lutar para que as investigações tenham a participação da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União, bem como de auditoria externa.

3. Pressionar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para dar rápido andamento a 67 processos, paralisados há mais de um ano, contra parlamentares.

4. Mobilizar as bancadas estaduais do PT e deputados estaduais comprometidos com a democracia para imediata instalação de Comissões Especiais de Inquérito para apurar responsabilidades de governadores acusados de corrupção: Fleury, em São Paulo; Roriz, em Brasília; Lobão, no Maranhão; João Alves, em Sergipe; Collares, no RS.

5. Estabelecer um plano de ampla mobilização social e política para dar respaldo a essas propostas. Nesse sentido, articular, com demais partidos e entidades, um Dia Nacional de Luta, com manifestações e atos públicos pela apuração das denúncias e responsabilização dos culpados.

6. O PT deve reiterar a oposição à Revisão Constitucional e acionar medidas políticas e jurídicas para suspender imediatamente os trabalhos parlamentares da Revisão.

7. O PT considera que, antes de qualquer Revisão Constitucional, é preciso uma revisão do Congresso Nacional. Isso porque, hoje, como

consequência, em parte, do produto do trabalho de obstrução parlamentar e de deslegitimação da revisão na sociedade, e, em parte produto do escândalo da Comissão do Orçamento, a maioria desse Congresso não têm mais condições éticas para pretender revisar a Constituição. As próprias lideranças revisionistas aceitaram uma situação de "suspensão branca" da revisão, mas numa manobra para, mais à frente viabilizar a revisão com o atual Congresso.

O PT por seu lado, discutindo com outros setores que se opõe à Revisão, trabalhará pela inviabilização da Revisão, bloqueará qualquer tentativa de colocá-la em marcha e, de ante-mão, não se compromete com qualquer processo revisional por um Congresso que não disponha de mandato ou legitimidade na sociedade para tal procedimento.

8. Apoiar a realização, no dia 10 de novembro, do Encontro Nacional de Prefeitos, Governadores e Lideranças contra a Revisão Constitucional.

9. Apoiar a proposta da CUT de realização de um plebiscito para saber se a população deseja antecipação das eleições gerais e

continuação ou não da Revisão Constitucional.

10. O Partido deve desencadear uma campanha democrática abrangendo amplos setores da sociedade civil, dos setores organizados dos trabalhadores e das representações populares, tendo por objetivo barrar a Revisão, exigir a apuração da CPI às últimas consequências e propor à Nação um plano de governo sintetizado em treze pontos básicos. Esse movimento amplo, onde o partido disputará a sua hegemonia, deve ser desencadeado já com o plebiscito proposto pela CUT.

11. Os comitês pró-Lula presidente serão iniciados imediatamente tendo como tarefas centrais: a) o plebiscito proposto pela CUT; b) a campanha democrática proposta no item anterior; c) uma campanha de finanças para preparar a disputa eleitoral.

12. Propor a partidos e entidades um Dia Nacional de Mobilização e Defesa da Democracia, condenação dos corruptos, confisco imediato do dinheiro roubado e sua entrega à Campanha Contra a Fome e propor a quebra de sigilo bancário de todos os parlamentares.



13. 1) O PT se empenhará, em conjunto com todas as forças democráticas da sociedade, pela investigação completa e rigorosa e das denúncias de corrupção de parlamentares, ministros, ex-ministros, governadores e empresários, pressionando para que todos os comprovadamente envolvidos sejam exemplarmente punidos.

2) Durante este processo, que não pode estar contido pelos prazos exíguos da CPI, torna-se politicamente inviável, eticamente condenável e socialmente ofensivo prosseguir com os trabalhos da Revisão Constitucional. O PT que já se pronunciara contra a Revisão Constitucional, entende que falta legitimidade ao Congresso Nacional para realizar a Revisão, sobretudo quando o próprio senador que deveria presidir o processo está sendo investigado por suspeita de corrupção.

3) O PT entende que não se pode revisar a Constituição sem antes revisar o Congresso Nacional. Uma "operação mãos limpas" no país é fundamental para o aprofundamento da democracia e o fortalecimento das instituições democráticas, inclusive do Congresso Nacional.

4) O DN reafirma as duas notas da Comissão Executiva Nacional divulgadas no dia 18 de outubro.

5) Em contato com todos os partidos políticos, entidades e forças democráticas que se opõe a Revisão Constitucional, bem como aos que apoiamos a "operação mãos limpas", o PT avaliará permanentemente o sentimento da sociedade e a evolução dos acontecimentos políticos, que poderão impor a necessidade de antecipar as eleições gerais através de emenda constitucional.

São Paulo, 24 de outubro de 1993.

DIRETÓRIO NACIONAL